



Publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Seção Sindical do ANDES-SN - Sindicato Nacional

Adur **informa**

número 112
Em 16 de setembro de 2008
www.adur-rj.org.br
imprensa@adur-rj.org.br

ANDES-SN: ontem, hoje e sempre

*Resistindo aos ataques
levianos do governo e do
Proifes, o Sindicato
Nacional reafirma-se como
legítimo representante dos
docentes de todas as IES
no país.*

*Diante da conjuntura de
perseguição política, o
ANDES-SN prepara-se
para o III Congresso
Extraordinário, que
acontecerá em Brasília, no
período de 19 a 21 de
setembro.*



Charge: Wilton Pontes
<http://wiltoncharge.blogspot.com/>

INFORMA «'ES SOBRE PLANO DE SAUDE NA PÁGINA 8

Ato nacional contra criminalização dos movimentos reúne 300 representantes de diversas entidades em SP

O plenário lotado da Câmara Municipal de São José dos Campos ficou em silêncio para assistir as primeiras imagens feitas do atentado a tiros à sede da Conlutas, no dia 1º de agosto. As cenas mostraram a violência que atingiu os trabalhadores terceirizados da Petrobrás, e que resultou em um trabalhador baleado e patrimônio destruído.

O breve vídeo deu início ao Ato Nacional contra o Banditismo Sindical e a Criminalização dos Movimentos Sociais, realizado em 20 de agosto, na Câmara Municipal de São José (SP). Participaram cerca de 300 pessoas, representando entidades de vários Estados do país, como Pará, Sergipe, Ceará, Brasília, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e São Paulo. Organizado pela CONLUTAS, o evento contou com a participação da Intersindical, do MTL (Movimento Terra e Liberdade) e de cerca de 60 organizações do país.

Estiveram presentes representantes de diversas entidades nacionais, como ANDES (sindicato nacional de docentes do ensino superior), CNESF (Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais), FENTEC (Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios), FENAJUFE (Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal), FNP (Frente Nacional dos Petroleiros), Fórum das Seis (docentes e trabalhadores da USP, Unicamp e Unesp), MUST (Movimento Urbano Sem-Teto do Pinheirinho), MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), ASSAM (Associação de Solidariedade e Ajuda Mútua dos Trabalhadores da Construção Civil de São José dos Campos e região), CONLUTE (Coordenação Nacional dos Estudantes), PSTU, PSOL e dezenas de sindicatos e oposições sindicais.

Mesmo aqueles que não puderam estar presentes, enviaram notas de solidariedade e saudação. Foi o caso da ex-senadora Heloísa Helena (PSOL), Plínio de Arruda Sampaio, o bispo de Barra (BA) Dom Luiz Flávio Cappio, Luiz Carlos Pêgas, presidente da OAB São José dos Campos, o Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo e a Federação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos.



Representatividade dos trabalhadores

Este foi um dos atos mais representativos já realizados na região. Teve por objetivo repudiar o banditismo sindical contra a Conlutas, bem como a série de ações que vem se desencadeando em todo o país, criminalizando os movimentos sociais.

Os demais representantes de diversas entidades e organizações relataram os ataques que têm sido desferidos contra a luta dos trabalhadores nacionalmente. São assassinatos, demissões e perseguições de ativistas sindicais e do movimento social; muitas milionárias a ativistas e sindicatos por conta de interditos proibitórios; intervenção do Estado e dos patrões na organização sindical com a criação de sindicatos de fachada; a violência das polícias e criminalização da população pobre. Enfim, diversas ações que têm se tornando cada vez mais frequentes e com caráter cada vez mais violento contra os trabalhadores.

José Vitorio Zago, representante do ANDES-SN, lembrou que o objetivo destes ataques é frear e impedir as lutas dos trabalhadores e disse ter ficado feliz em ver o plenário lotado, numa demonstração de que ali estavam os que não se renderam ao banditismo sindical e à cooptação dos

governos. “Aqui estamos para cerrar fileiras em defesa da classe trabalhadora e contra a criminalização das lutas”, disse.

A entidade tem sido alvo de um grave ataque do governo Lula e da CUT. Mesmo contra uma decisão judicial, o Ministério do Trabalho suspendeu o registro sindical do ANDES e agora a CUT anuncia a fundação de uma nova entidade nacional, para dividir a base da categoria.

José Maria de Almeida, da Conlutas, lembrou que a maior organização construída pela classe trabalhadora, a CUT, foi destruída como instrumento de luta, pois se tornou parceira dos patrões e foi cooptada pelo governo Lula. Afirmou que o recrudescimento dos ataques às organizações independentes do movimento operário é a tentativa do Estado e das empresas de tirar do caminho todos aqueles que ainda resistem e lutam por direitos e não se deixaram cooptar.

“O que tentam fazer neste momento é destruir todo movimento, para impor a ferro e fogo, os interesses do Capital. Essa é a dimensão do desafio que temos pela frente. Temos de defender nosso direito à organização, à mobilização e à defesa dos interesses dos trabalhadores. Precisamos nacionalizar essa luta. Eles não passarão”, concluiu.

Ao final do encontro, os presentes aprovaram um manifesto contra a criminalização dos movimentos sociais e em defesa da livre organização dos trabalhadores. As denúncias e ataques relatados por todos os sindicatos, oposições e entidades presentes também serão incorporadas ao documento. A luta contra os ataques à organização e a luta dos trabalhadores também deverá ser incorporada em todas as campanhas salariais e lutas das categorias a partir deste momento.

Foi definida ainda a realização de um Seminário Nacional, em conjunto com a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), sobre essa questão da criminalização dos movimentos sociais. O evento deverá ser realizado em Brasília, em outubro.

Fonte: Conlutas

Expediente

Adur Informa é uma publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seção Sindical do ANDES-SN

Associação dos Docentes da UFRuralRJ. Endereço: Rod. BR 465, Km 7 – Campus da UFRRJ – Seropédica (RJ). CEP: 23.851-970 – Caixa Postal: 74.537

Telefax: (21) 2682-1379 - Tel.: (21) 3787-8464. E-mails: adurrj@adur-rj.org.br ou imprensa@adur-rj.org.br. Conselho Editorial: Professores Celia Regina Otranto, Francisco de Assis da Silva, Frederico José Falcão, José dos Santos Souza, Lenício Gonçalves, Lenir Furtado e Luis Mauro Sampaio Magalhães.

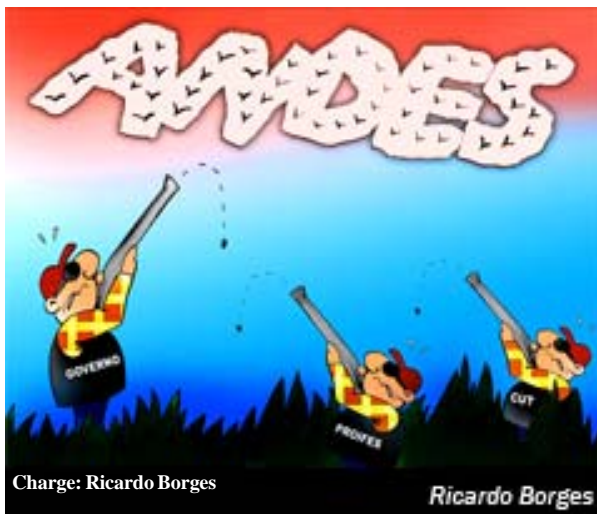
Redação, edição e diagramação: Aline Pereira (Reg. Profissional 25163 Mtb). Fotolito e impressão: Tipológica Comunicação Integrada. Tiragem: mil exemplares

ANDES-SN reafirma sua autonomia em relação a governos e partidos políticos

O jornal O Globo noticiou a assembleia convocada pela CUT/Proifes para a criação de um novo sindicato nacional de docentes do ensino público federal, a ser realizada no início de setembro, na sede da Central governista, em São Paulo. O texto traz verdades como o fato de que o objetivo da CUT/Proifes “é se apoderar de parte da base” do ANDES-SN e que a nova entidade, se chegar a ser criada, se beneficiará do imposto sindical, prática jamais aceita pelo Sindicato Nacional nesses quase 30 anos de existência.

Por outro lado, a matéria trata de forma leviana o Sindicato Nacional ao considerá-lo uma entidade “ligada ao PSTU”, afirmação contra a qual a diretoria do Sindicato Nacional reagiu publicando uma nota na qual esclarece que a entidade é a legítima representante dos docentes das instituições de ensino superior do país e que sempre se pautou pela autonomia em relação a governos, partidos políticos e administrações universitárias.

José Vítório Zago, 1º tesoureiro do ANDES-SN, fonte ouvida pelo repórter de O Globo, reafirmou ao InformANDES Online sua militância histórica de mais de três décadas em partidos de esquerda, sendo que hoje milita no



Charge: Ricardo Borges

Ricardo Borges

PSTU, mas rechaçou a maneira tendenciosa como essa informação foi tratada na matéria. “O fato de ser militante do PSTU não tem a mínima importância, pois a diretoria do Sindicato Nacional não é eleita por tendência política. Além disso, o ANDES-SN respeita a opção partidária de todos os seus filiados”, sustentou.

A nota publicada pelo Sindicato ressalta o propósito político da tentativa da CUT/Proifes de criar um novo sindicato em sua base de atuação. “Entendemos tratar-se de um processo

cujas motivações políticas, além de não refletirem o movimento nem os interesses da ampla maioria das bases do nosso Sindicato, sugerem a conseqüente subordinação sindical aos interesses da CUT e de setores do governo, que vêm na domesticação e controle dos movimentos sociais e sindicais uma estratégia fundamental de controle político que favorece o projeto de governo e tem por objetivo enfraquecer a resistência dos trabalhadores em relação às propostas de reformas sindical e trabalhista”, afirma a nota.

Para a diretoria do ANDES-SN, a categoria docente está ciente da gravidade do ataque que sua entidade vem sofrendo.

A criação de um sindicato na mesma base, no momento em que o Sindicato Nacional tem seu registro suspenso, põe em risco a continuidade do ANDES-SN. “Temos convicção de que a categoria docente saberá dar a resposta política necessária à tal iniciativa oportunista e divisionista, sobretudo no contexto da precarização das condições de trabalho, de afronta e ataques à atuação do nosso sindicato e de diversos movimentos sociais no país”, afirma a nota.

Fonte: ANDES-SN

Congresso Extraordinário discutirá o tema e defenderá o direito de livre organização dos trabalhadores

O último Conselho do ANDES-SN (TO, 2008) deliberou pela convocação de um Congresso Extraordinário para debater o assunto. O evento acontecerá em Brasília, de 19 a 21 de setembro, com o tema principal: “Organização Sindical e defesa do ANDES-SN”. O principal objetivo do evento é denunciar a tentativa de cassação do registro sindical da entidade pelo Executivo, informando à sociedade que tal medida já é parte da reforma sindical e trabalhista em curso desde o governo FHC.

Em entrevista já publicada em edição anterior ao *ADUR Informa*, o presidente do ANDES-SN, Ciro Correia, disse que a grande

questão que se coloca neste momento é fruto de uma perniciosa chantagem política - ou o Sindicato Nacional abre mão do direito de representatividade das particulares ou seguirá sem o registro sindical.

O ANDES-SN vem desenvolvendo importante trabalho junto aos docentes das IPES, obtendo ganhos importantes nesse setor, como no caso da Universidade Metodista de São Paulo (Unimep). Por forte atuação do Sindicato Nacional, muitos docentes conquistaram o direito de se organizarem coletivamente e foram readmitidos no quadro da instituição após uma demissão arbitrária e ilegal.

ADUR-RJ participará do Congresso

A delegação que participará do Congresso Extraordinário do ANDES, foi eleita em assembleia do dia 27 de agosto, e será composta pelos docentes: Ana Cristina S.dos Santos, Celia Regina Otranto, Francisco de Assis da Silva, Frederico Falcão, José dos S. Souza, Rômulo Garcia Andrade e Silvia Gonçalves. Serão suplentes os professores: Lenir Lemos Furtado Aguiar, Dari Cesarin Sobrinho, Odvan Deusdará, Paulo Scherer e Jorge Jacob Neto.

A ADUR-RJ participa da Campanha de Solidariedade ao ANDES-SN e já enviou correspondência ao Ministro do Trabalho, repudiando os ataques que o Sindicato Nacional vem sofrendo, frutos de perseguição política.

A farsa CUTISTA de 6 de setembro e a defesa do ANDES-SN

Num auditório com menos de cem lugares, no interior da sede da CUT, em São Paulo, com seguranças na entrada impedindo acesso da imprensa, constringendo os docentes com desrespeitosa revista, fazendo a retenção de celulares e máquinas fotográficas, além de um simulacro de credenciamento feito um a um e apenas por uma pessoa, o que permitiu credenciar apenas 7 docentes em 45 minutos, teve lugar a farsa previamente anunciada: a encenação da criação de uma nova entidade sindical para representar os professores do ensino superior público federal (Universidades Federais).

Declarados pela mesa os 115 votos dos atores presentes, cuja vinculação a instituições federais de ensino superior demanda comprovação, e os 485 votos por procuração – nem sequer disponíveis na mesa e não previstos no edital – proclamou-se criada a forjada entidade. Foi eleita uma diretoria provisória e aprovado um estatuto, e tudo isto em apenas 15 minutos, para a perplexidade de alguns dos presentes contrários à proposta que conseguiram passar pelo credenciamento.

Impedidos de entrar, permaneceram em reunião assemblear defronte ao *bunker* cutista os mais de 200 professores de 36 instituições federais de educação superior filiados ao ANDES-SN que ali se encontravam, com contracheques na mão, para se contrapor à desqualificada iniciativa, mobilizados na defesa da entidade que, criada em 1981 como Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – ANDES e, em 1988, transformada, por decisão democrática de seus associados, em congresso público realizado no Rio de Janeiro, após decisões de assembleias também públicas em todo o país, em Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, passando este a ser o legítimo representante dos docentes de todas instituições brasileiras de ensino superior.

O ANDES-SN sempre se orientou pela luta em defesa da valorização do trabalho docente e da universidade pública, gratuita, autônoma, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada. Mais do que isso, a partir da compreensão política da necessidade concreta de articular suas lutas com as lutas do conjunto da classe trabalhadora, sempre se pautou pela preocupação de jamais apartar a universidade, o

trabalho acadêmico e a atividade política e sindical da dura realidade social em que estamos inseridos. Essa postura permitiu desenvolver um pensamento e uma prática historicamente determinada pela realidade social e pela necessidade de sua transformação. Por tudo isso, o ANDES-SN sempre formulou suas propostas para a universidade e para a educação em geral a partir dos problemas vivenciados pela imensa maioria dos trabalhadores, orientando-se pela perspectiva histórica da construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados.

Conforme divulgado pelo Sindicato Nacional em dossiê de 2004, na iniciativa que conduziu à presente encenação, teve protagonismo o governo e um grupo de docentes que perdeu as eleições do ANDES-SN naquele ano, de acordo com os documentos produzidos na reunião havida na ocasião entre aqueles docentes e os então Ministro da Educação, Tarso Genro, e Secretário Executivo do MEC, Fernando Haddad. É esse mesmo grupo de docentes que agora, à portas fechadas, pretende se legitimar na direção de um novo sindicato.

Nesse jogo em que, para garantir a cooptação e a domesticação dos movimentos sociais e dos sindicatos, vale tudo e em que ao braço sindical do governo tudo vale na perspectiva de abocanhar os recursos do imposto sindical para as recém-legalizadas centrais sindicais, os fins justificam os meios, e não há qualquer disfarce para a encenação feita: convoca-se uma assembleia que não corresponde ao coroamento de um processo democrático discutido na base da categoria a qual pretende representar, tendo como local um Estado onde justamente existem poucas universidades federais, indicando que se quer tomar uma decisão sem a efetiva participação da categoria e para a sede de uma



FOTO: Leonardo Severo (extraída do site da CUT)

Assembleia-relâmpago e manobra política: em apenas 15 minutos, foi eleita uma diretoria provisória e aprovado um estatuto, após a criação do Sindicato chapa-branca CUT/Profes, como a bandeira da Central, na foto acima, evidencia

central sindical agora alinhada com o governo e parceira de ataques ao sindicalismo independente e combativo.

É nesse cenário que convocamos todos à luta em defesa do ANDES-SN de seu patrimônio político construído pelos docentes brasileiros. Não permitiremos sua destruição por aqueles que se submetem incondicionalmente a um governo que se apresenta perante o grande capital como a garantia de que não haverá resistência dos trabalhadores à plena implementação de sua agenda política conservadora.

Não desistiremos da luta em defesa da educação pública superior, dos direitos da categoria e da sociedade, da ação sindical independente do Estado, dos governos, autônoma em relação aos partidos políticos e comprometida com procedimentos democráticos deliberados de modo público pela categoria. Protagonizaremos a luta em defesa da universidade pública, dos docentes, da nossa entidade, dos nossos princípios e da nossa história!

*Brasília, 8 de setembro de 2008
Diretoria do ANDES-SN*

Apenas oito professores filiados ao ANDES-SN conseguiram assistir a Assembléia antidemocrática de fundação do Sindicato da CUT/Proifes

Relatório de participação em uma Assembléia Antidemocrática de professores, fechada no interior da CUT, no Brás, em São Paulo

O objetivo deste documento é apresentar à categoria docente e à sociedade em geral o relato do que ocorreu no interior da sede da Central Única dos Trabalhadores - CUT, em São Paulo/SP, no dia 6 de setembro de 2008, por ocasião da realização da “Assembléia Extraordinária de Professores do Ensino Superior Público Federal (Universidades Federais)”, convocada pela CUT-Proifes através de Edital público.

Chamamos a atenção para a necessidade de uma leitura atenta da íntegra deste relato, apesar do seu caráter minucioso e relativamente longo, pois julgamos de extrema relevância a compreensão clara dos sucessivos fatos, procedimentos e atitudes aqui registrados, situação inédita na história do sindicalismo docente brasileiro, repleta de significados. Para não tornar o texto mais extenso, nos limitaremos aqui ao simples relato descritivo, deixando a avaliação política que se faz necessária para um momento posterior e em outro texto.

Eis os fatos!

Com antecedência de pelo menos uma hora em relação ao horário definido para início da “Assembléia Extraordinária”, mais de duzentos professores de trinta e seis Universidades Federais brasileiras encontravam-se diante da CUT para se manifestarem pelo voto, dizendo NÃO à tentativa de criação de outro sindicato na base do ANDES-SN.

No entanto, as condições montadas antecipadamente pela CUT e encontradas por nós professores, tanto quanto ao impedimento do livre acesso ao recinto quanto ao desencontro das informações e justificativas que nos eram dadas pela equipe de segurança e por membros da CUT sobre o horário a partir do qual os portões seriam abertos, sobre a necessidade de credenciamento – o qual, segundo membros da CUT, já estavam abertas desde as 8hs da manhã!- bem como sobre o impedimento da entrada de qualquer outra



pessoa que não fosse docente de universidades federais, representava a clara intenção e determinação dos organizadores em obstruíram a massiva participação da categoria naquela sessão.

A partir das 14h30, quando, finalmente e depois de várias tentativas de negociação com os seguranças e diretores/funcionários da CUT para que nossa entrada fosse permitida, deu-se início ao credenciamento, sendo permitida a entrada de apenas uma única pessoa de cada vez, a qual, após passar pela barreira de seguranças, era submetida a uma minuciosa revista corporal, fazendo lembrar uma abordagem policial à criminosos ou suspeitos de crime. Além disso, bolsas pessoais tinham que ser abertas, conferidas, e qualquer tipo de telefones celulares, câmeras fotográficas, filmadoras ou equipamentos eletrônicos do tipo eram retidos, identificados e lacrados por outro funcionário da CUT, acompanhado de um segurança. Enquanto isso, outra pessoa (não sabemos se funcionário ou prestador de serviço) portando uma filmadora VHS registrava, em movimentos circulares e verticais, em torno daquele que se credenciava, como se

quisessem registrar seus gestos, suas expressões, seu rosto, sua fala, numa nítida intenção de coação e ou constrangimento, alertando o que poderia ocorrer em eventual tentativa de alteração da ordem ali estabelecida.

Entre as 14h30 e as 15h, apenas cinco professores haviam conseguido fazer o credenciamento, tamanha era a demora desta etapa preliminar de “credenciamento”, condição necessária para que se atravessasse as catracas, controlada por outros seguranças, e adentrasse finalmente o auditório, no 1º andar do prédio. Os três primeiros professores que conseguiram se credenciar resolveram voltar ao exterior do prédio para informar a situação aos mais de duzentos que aguardavam entrada. Sua saída só foi permitida após autorização explícita de uma diretora da CUT, sob a condição de que, ao saírem, não poderiam mais retornar.

Como já só faltavam pouco menos de cinco minutos para início da “assembléia extraordinária”, eu, Antônio Lisboa Leitão de Souza (UFRN), e a professora Célia Regina Otranto (UFRRJ), 4º e 5º respectivamente, a se credenciamos, nos dirigimos

ao auditório, onde havia, além dos seguranças estrategicamente postos, um grupo de aproximadamente cento e dez pessoas sentadas, além de umas vinte que estavam em pé, próximas à porta da sala. A mesa dos trabalhos já estava composta, e ocupavam lugar nela os três professores signatários do Edital de convocação, quais sejam: João Eduardo da Silva Pereira (UFSM), na posição de presidente da mesa, auxiliado e ladeado por Ricardo Ferreira Pinheiro (UFRN) e Elizabeth Aparecida Bittencourt (UFBA).

O cenário estava “completo”: nas paredes, faixas e cartazes da CUT e do Proifes; ao centro da sala, uma equipe de filmagem com estrutura de luzes e de som; dentre os presentes, além de professores, seguranças e dirigentes cutistas, outras pessoas não-docentes, sem crachás ou qualquer tipo de identificação; vários portavam seus telefones celulares; expressavam sentimento de realização, esperando alegres e sarcasticamente o início do espetáculo.

Percebemos, de imediato, que o cenário havia sido previamente montado para um público seletivo e restrito, que éramos observados com olhares diferentes e de estranhamento, normalmente dirigidos à *personanon grata*. Além disso, constatamos que havia critérios diferenciados de tratamento no acesso, e que era impossível que todos ali presentes tivessem passado pelos mesmos procedimentos de credenciamento.²

Faltando dois minutos para as 15 horas, o presidente da mesa anunciou que estavam prestes a dar início a “assembleia extraordinária”, o que ocorreu pontualmente como previsto. Imediatamente passou à leitura do Edital e, ato contínuo, informou que o voto seria individual e por procuração, não sendo permitido que ninguém falasse em nome de entidade ou instituição; que todos se vissem na condição de professores; e alertou que não seria admitido nenhum tipo de intervenção que representasse provocação, acusação ou protesto. Se alguém insistisse, seria retirado do recinto em vista da garantia da ordem dos trabalhos.

Não houve submissão de pauta à apreciação

Professores e jornalistas não puderam entrar no prédio da Central Única dos Trabalhadores, durante a Assembleia de fundação do Sindicato da CUT/Proifes. Abaixo, os seguranças que barraram os docentes filiados ao ANDES-SN e dispensaram tratamento diferenciado aos professores do Proifes.



FOTOS: Celia Otranto

momento nem houve qualquer pedido de manifestação ou inscrição. Partiu-se imediatamente para o primeiro ponto: votação para aprovação da criação do “sindicato nacional”, conforme Edital. Anunciado o regime de votação, a mesa perguntou quem era favorável, tendo uma ampla maioria se manifestado, mas nenhum voto foi contado, exceto os quatro votos contrários e uma abstenção. O relógio marcava 15h07 minutos; o clima era de aplausos e de vitória...

Com agilidade e rapidez sem igual, como se pressionado pelo tempo, o presidente da mesa imediatamente disse que a proposta de Estatuto já havia sido divulgada pela internet e publicado em diferentes locais (sem citar quando e onde!!!), que precisava ser reformulado, corrigido, que estava era

muito extenso e que, por isso, iria submeter à votação a dispensa da leitura do mesmo, o que foi feito e aprovado por ampla maioria, com 4 abstenções. Em seguida, submeteu a aprovação do referido Estatuto, igualmente aprovado e com 3 abstenções. Eram 15h e 12 minutos...

Novamente, nenhum voto foi contado; não era possível verificar se todos tinham crachás (utilizados para votação) ou se seus procuradores eram, de fato, professores. Nesse momento outros dois professores que estavam fora conseguiram adentrar o recinto e, ao perceberem a situação e serem informados do que já havia sido feito, retomaram para informar aos demais companheiros que não adiantavam mais a tentativa de acesso/credenciamento.

Enquanto imaginava que os professores que permaneciam lá fora pensavam e discutiam sobre o que fazer e como proceder, resolvemos, eu e Celia, permanecer no local até o final da “assembleia extraordinária” para termos conhecimento do que ainda iria ocorrer.

Vencido o segundo ponto, um dos membros da mesa, o professor Ricardo Pinheiro, alertou ao presidente que se encontravam presentes professores que portavam procurações de outros colegas para votarem favoravelmente à criação do novo sindicato, após o que o professor João Eduardo retomou o ponto anterior para nova

etapa de votação, desta vez chamando os nomes dos professores, a partir de uma relação previamente posta à mesa, indicando a instituição onde trabalha e a quantidade de procurações que trazia, para que cada qual pudesse manifestar seu voto. Aproximadamente 15 professores foram chamados e anunciaram seu voto, todos favoráveis à criação do sindicato.

Ato contínuo, o presidente da mesa informou o total geral de votos, mesmo que em nenhum momento tenha sido feita contagem dos votos presentes: 595 favoráveis e 04 votos contrários à criação do sindicato. Nesse momento não foi anunciado o voto de abstenção. Do total de votos favoráveis, 485 foram anunciados como tendo sido por procuração, mesmo que em nenhum momento tenham sido mostrados ou lidos os respectivos

documentos e verificada sua autenticidade. Foi, então, a partir do anúncio do resultado final dessa votação que pudemos deduzir que havia 115 votantes presentes.

É importante ressaltar, todavia, que em nenhum momento percebemos que alguém tenha trazido à mesa a relação dos credenciados – até porque o credenciamento ainda continuava ‘aberto’ nesse momento – nem tampouco foi anunciado pela mesa a quantidade de pessoas presentes à assembleia, seja com direito a voto ou não, representantes da CUT, de outras entidades etc. Mesmo assim, ninguém questionou os resultados, a não ser três professores que afirmaram ter

procurações e que seus nomes não haviam sido chamados pela mesa, ao que o presidente da mesa respondeu que não era possível acatar seus votos por procuração porque os seus respectivos nomes não estavam na lista previamente feita e entregue/apresentada pela mesa. Mais não ficou claro pra nós como a mesa havia procedido em relação às procurações, em que momento os professores portadores de procuração haviam se pronunciado nem em que espaço ou meio ficou estabelecido que seriam admitidos votos por procuração.

Dando seqüência à “assembleia extraordinária”, a mesa passou a apresentar os nomes da diretoria provisória e do respectivo conselho deliberativo, fazendo uma rápida leitura dos mesmos – coincidentemente, os nomes que constituem ou constituíam a direção do Proifês - o que foi aprovado por aclamação, sem que tenha sido submetido à votação ou feita contagem de votos.



Do jeito como fora conduzido o processo, ficou evidente que tudo já estava previamente “montado” e que não havia espaço para disputas nem questionamentos quanto a condução do “novo sindicato”. Quanta unanimidade em torno de uma questão tão complexa!! Quanta rapidez e “eficiência” em se tomar decisões sobre a criação e a condução de uma entidade que pretende representar a categoria docente!! Seu futuro será assim?? Em tempo incrível de 15 minutos transcorridos do início dos trabalhos, o presidente da mesa anunciou euforicamente o encerramento da “assembleia extraordinária”. Às 15h16 minutos, avaliando que não faria mais sentido nossa permanência no local, e considerando que já havíamos cumprido o papel de nos apropriarmos do processo em sua forma e conteúdo, deixamos o recinto. Ao chegarmos à portaria, fomos obrigados a devolver os crachás que nos tinham sido entregues, sob a justificativa de evitarmos confusões ou desordens

no local. Quando saímos, percebemos que os membros do Proifês não receberam o mesmo tratamento, não tendo sido obrigados a deixarem seus crachás, nem tampouco tinham telefones celulares, máquinas fotográficas, filmadoras etc a serem retirados no setor de credenciamento...

O relato aqui apresentado foi apresentado oralmente aos professores que estavam reunidos no exterior da CUT, de modo que todos pudessem entender melhor o quadro geral ali caracterizado. Este documento segue assinado pelos professores que conseguiram adentrar, por meio de credenciamento, no interior da CUT, tenham eles permanecidos ou não, até o final da referida “assembleia extraordinária”, pois, de uma forma ou de outra, foram submetidos aos procedimentos impostos pela CUT e Proifês.

SP, 6 de setembro de 2008

Antônio Lisboa Leitão de Souza/UFRN, Fernando Molinos/UFRGS, Waldir Lins de Castro/UFF, Celia Regina Otranto/UFRRJ, Antônio Sérgio Luz e Silva/UFC, Claus Akira Matsushigue/UnB, André Rodrigues Guimarães/UFAP, Maria Cecília de Paula Silva/UFBA

1. Esta informação que nos foi apresentada é falsa e não estava afixada em nenhum local ou veículo de comunicação. Alguns professores estiveram no local por volta das 10:30hs e encontraram os portões da CUT fechados.
2. Caso 120 pessoas tivessem feito o mesmo tipo de credenciamento que nos foi imposto, submetidas ao mesmo rigor e num tempo médio de 5 minutos, isso representaria 600 minutos ou 10 horas de credenciamento ininterrupto, o que, obrigatoriamente, teria implicado na abertura dos portões às 5 horas da manhã do mesmo dia. Isso não ocorreu! Se o credenciamento de aproximadamente 200 professores que aguardavam entrar no prédio seguisse o mesmo ritmo, seriam necessários mais mil minutos ou o equivalente a aproximadas 17 horas, o que implicaria, para garantir a participação de todos na “assembleia extraordinária”, prorrogar o início da mesma para o dia seguinte.

UFRRJ se prepara para o processo eleitoral para a Reitoria 2009-2013

Em 27 de agosto, houve uma Assembleia da ADUR-RJ, na sede da Associação, quando, dentre outros pontos de pauta, foram discutidos e deliberados os nomes dos professores que representarão o segmento docente na Comissão Eleitoral da UFRRJ, para conduzir as eleições para a Reitoria, 2009/2013.

Os professores estão representados, nesta Comissão, pelas diretoras da ADUR-RJ, Célia Regina Otranto, que preside os trabalhos, e Lenir Lemos Furtado Aguiar, como 2ª secretária. Para suplentes, foram aprovados os nomes dos professores Francisco de Assis da Silva, também diretor da Associação de Docentes da UFRRJ, e Sílvia Maria Gonçalves.

SINTUR E DCE também integram a Comissão Eleitoral

Os funcionários técnico-administrativos e os estudantes da UFRRJ também têm seus representantes na Comissão Eleitoral. Pelo Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRRJ – SINTUR, participam Rogério da Silva Resende (1º secretário) e Leonir Tunula Resende. Antonio Carlos Valentin Neves e Estevão Fernandes de Moura são suplentes.

O Diretório Central dos Estudantes – DCE está representado por Luciano Leal de Almeida (vice-presidente da Comissão Eleitoral) e Deivison de Jesus Barbosa. Já Roberta Kelly Ribeiro e Thiago Wender da Silva Ferreira são os suplentes.



Acompanhe o cronograma eleitoral

	Datas
Inscrição das chapas	14 e 15/10
Debate entre as chapas	29/10 e 19/11
1º Turno	24, 25 e 26/11
2º Turno	02, 03 e 04/12

Comissão de Saúde da ADUR-RJ e Unimed Costa Verde apresentam **proposta de migração para o plano regulamentado**



FOTO: Aline Pereira

Em destaque, o Prof. Paulo César, pela Comissão de Saúde da ADUR, durante a reunião com os usuários do plano de saúde Unimed Costa Verde. Ao fundo, o representante da empresa

Conforme convocação previamente divulgada, a ADUR-RJ realizou uma reunião, no dia 20 de agosto, com representantes da Comissão de Saúde da Associação e do plano de Saúde Unimed Costa Verde. A Comissão de Saúde da ADUR-RJ é constituída pelos seguintes docentes: Francisco de Assis da Silva e Lenir Lemos Furtado Aguiar – diretores da ADUR-RJ – Nicéas Alencar da Silva, Paulo César Augusto de Souza e Sansão David Luiz Raimundo.

Na ocasião, o Prof. Paulo César Augusto de Souza, pela Comissão de Saúde da ADUR-RJ, esclareceu aos filiados presentes que houve inúmeras reuniões da Comissão com os representantes da Unimed Costa Verde, sempre com o intuito de defender os interesses dos associados. Destacou que o trabalho da Comissão tem sido árduo e que existem aproximadamente mil pessoas filiadas à Unimed Costa Verde, sob a intermediação da ADUR-RJ.

O Prof. Paulo César enfatizou a importância do trabalho da Comissão de Saúde, lembrando que esta conquistou, neste ano, o índice de reajuste de 7% e não 9,10%, como desejado pela operadora. O representante da Comissão de Saúde esclareceu ainda que, o contrato da ADUR-RJ com a Unimed Costa Verde data de 1991, tendo sido feito um adendo em 1996, não sendo

mais possível fazer qualquer modificação após esta data, conforme a lei. Explicou que o atual plano de saúde é restritivo e que os professores têm limitações quanto ao número de internação e exames mais elaborados, como tomografias e ressonância magnética. Disse ainda que a Comissão de Saúde tem se preocupado com casos recentes de professores que têm apelado para a instância jurídica a

fim de garantir a realização de cirurgias, a colocação de próteses e outros procedimentos médicos. A Comissão de Saúde destaca que a maioria dos professores filiados à Unimed Costa Verde têm mudado de faixa etária, integrando o grupo daqueles que têm 59 anos ou mais, sendo conseqüentemente, aqueles que não podem ficar sem a cobertura do plano de saúde e que devem ter acesso irrestrito a exames e afins.

Por isso, explicou que a Comissão de Saúde consultou diversas operadoras de saúde, buscando alternativas mais viáveis aos docentes. Porém, a mesma Comissão avaliou que a proposta da Unimed Costa Verde pelo plano regulamentado deveria ser analisada pelos professores, porque foi considerada a mais favorável ao grupo. Destacou que, somente com a força do coletivo – com a adesão de 60% dos filiados ao novo plano – a proposta da Unimed Costa Verde trará ainda mais vantagens aos associados.

Professores foram conclamados para fazer opção por um dos planos da Unimed até o dia 15 de setembro

Os professores filiados à ADUR-RJ que possuem o plano de saúde Unimed Costa Verde receberam correspondência e e-mail, solicitando o comparecimento à sede da Associação até o dia 15 de setembro, para que optassem pela modalidade do referido plano, que lhes parecesse mais conveniente.

A proposta do plano regulamentado da Unimed Costa Verde, conforme exposta pelo seu representante, o Sr. Luiz Fernando Lopes Fernandes, esteve disponibilizada na página eletrônica da ADUR-RJ desde o dia 20 de agosto.

O representante da Unimed também esteve vários dias na sede da ADUR-RJ para prestar esclarecimentos aos docentes filiados que desejassem estabelecer uma comparação entre o plano regulamentado e o plano não regulamentado da Unimed.

Na ocasião, os professores optaram, preenchendo documento próprio da Associação de Docentes, por permanecer no atual plano não regulamentado ou migrar para o plano regulamentado da Unimed Costa Verde. **ESTA OPÇÃO FOI PARA TODOS OS DOCENTES FILIADOS À UNIMED COSTA VERDE.**

ATENÇÃO, PROFESSOR

**Assistência à saúde complementar do servidor
Prazo para garantir auxílio saúde 2009 é 30 de setembro**

Pela Portaria Normativa, nº1, de 27/12/2007, o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG e a Secretaria de Recursos Humanos estabelecem orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC sobre a assistência à saúde do servidor (ativo, inativo, seus dependentes e pensionistas). Este foi um ganho dos servidores técnico-administrativos na greve de 2007 e que foi estendido aos docentes das IFES.

De acordo com o comunicado do Departamento de Pessoal da Universidade Rural, os professores terão direito a requerer o ressarcimento do auxílio saúde, segundo a orientação na página da Associação de Docentes da UFRRJ.

Acesse www.adur-rj.org.br e clique em "Auxílio Saúde". Preencha o formulário e entregue no DP até 30/9